

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

----- **Falta justificada** – O Presidente da Câmara informou que a Vereadora Isabel Quinteiro não está presente na reunião de Câmara, por motivos pessoais, pelo que a sua falta foi considerada justificada, tendo sido substituída pela Vereadora Elisabete Neto Pereira. -----

----- Nesta altura o Presidente da Câmara, no uso da competência que lhe está atribuída pela alínea r) do nº. 1 do artº. 68º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro e com a concordância de todos os Vereadores presentes e devido à visita do senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, decidiu suspender a presente reunião, sendo que esta será retomada pelas 15 horas. -----

----- E sendo 15 horas o Presidente da Câmara declarou os trabalhos reiniciados. -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 13).** -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 24 de Maio de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Elisabete Neto Pereira, por não ter estado presente na mesma. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que gostaria de referir ali um assunto que está na ordem do dia, que tem sido mediatizada e que diz respeito à suspensão das escolas com menos de 21 alunos. -----

----- Em relação ao concelho de Montemor-o-Velho foi apresentada uma proposta de suspensão de um conjunto de estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo. -----

----- Teve oportunidade de requerer uma reunião à Senhora Directora Regional de Educação onde apresentou uma contraproposta, sobretudo direccionada para algumas prerrogativas, que pensa que não estão neste momento constituídas todas as premissas para que a suspensão de algumas daquelas escolas propostas, possam garantir melhoria da qualidade do ensino dos alunos, que seriam penalizados pela suspensão das mesmas. -----

----- No caso concreto, foram apresentadas as suspensões das escolas do Bebedouro e das Faíscas, da Abrunheira, da Ereira e de Gatões, de Liceia, dos Pelichos, dos Resgatados, da Ribeira dos Moinhos e também de Verride e da Torre. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Em termos concretos, a posição assumida na reunião tida com a senhora Directora Regional, foi a de concordar com a suspensão das escolas de Abrunheira, Ereira, Gatões e Verride. Estas vão ser dirigidas para o novo Centro Educativo de Montemor, e já tinham tido oportunidade de fazer uma visita com o Agrupamento de Escolas de Montemor, com os respectivos Presidentes das Juntas de Freguesia e com as Associações de Pais. Estão previamente de acordo com a suspensão destas escolas, dada a solução efectiva do Agrupamento, no caso concreto, do Centro Educativo de Montemor, que vai ter melhores condições para albergar essas valências.-----

----- Já em relação à suspensão das escolas do Bebedouro e das Faíscas, a posição assumida foi clara. Em relação às Faíscas, a suspensão desta escola visa sobretudo transferir para a E.B. 2,3 de Araze de as valências que aí se encontram, podendo alguns dos alunos ser direccionados para a E.B. 1 de Araze de. Pensam que nesta matéria, a melhoria das condições de solução alternativa estão encontradas, e não têm nada a opor nesta matéria.

----- Quanto à suspensão da escola do Bebedouro, que nesta altura terá 4 ou 6 alunos, também julgam ser pertinente que estes sejam incorporados na escola dos Resgatados e que possam por isso vir a auferir de melhores condições pedagógicas.-----

----- Relativamente à suspensão da escola dos Pelichos, referiu que esta é a única escola no Concelho que se destina à área de acção pedagógica junto de minorias étnicas. No entanto, dada a pouca afluência, foi encontrada uma solução entre a autarquia e o Agrupamento de Araze de, com o intuito de viabilizar a utilização daquela escola para níveis de educação dadas ao 2.º escalão (2.º ciclo), a pessoas oriundas também daquelas etnias, mas que pudesse juntar jovens e adultos nessa formação. Parece-lhe particularmente correcto que esta solução possa preencher a ocupação daquele espaço público de formação pedagógica do concelho. -----

----- Já em relação às suspensões das escolas dos Resgatados, da Ribeira dos Moinhos e de Liceia, mostraram-se manifestamente contra, uma vez que em relação à escola dos Resgatados, esta pode ser reforçada com os alunos oriundos da escola do Bebedouro e manter assim um número superior aos 20 alunos, e tem condições de se poder manter em funcionamento. A escola da Ribeira dos Moinhos, que tem neste momento 19 alunos, as alternativas para estes são as escolas da Portela e de Tentúgal, mas são escolas que não podem, neste momento, sofrer alterações que possam beneficiar as circunstâncias em causa, e por isso, claramente que se mostraram antagónicos a esse encerramento. Quanto à escola de Liceia, mostraram o desagrado em relação ao seu encerramento, dado que os

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

investimentos que ultimamente ali foram feitos, sobretudo com a criação de um refeitório, pode manter e albergar toda a oferta formativa daquela freguesia. -----

----- Finalmente, em relação à escola da Torre, tinham a intenção, este ano, de a manter, transitoriamente aberta, e no próximo ano, de acordo com o eventual decréscimo de alunos, optar por uma solução trabalhada com a DREC já a partir do próximo ano escolar, para a orientação daqueles mesmos alunos, para o Agrupamento de Montemor ou para o Agrupamento de Escolas da Carapinheira. Dado que esta é uma escola que fica a meio caminho entre dois agrupamentos e ao mesmo tempo terá que haver a aceitação por parte dos pais, de forma a orientarem os filhos para o agrupamento que preferirem.-----

----- Disse ainda que foi feito um desafio à nova Directora Regional para que visite a E.B. I de Pereira e veja as condições funcionais e necessárias para uma melhoria da oferta formativa. -----

----- Foi feito igualmente um desafio para conhecer mais em pormenor o novo Centro Educativo de Montemor e poderem começar a estabelecer toda a estratégia para a sua abertura oficial, que irá decorrer em Setembro do corrente ano.-----

----- Em súmula, pensa que se houver anuência, que ficou pré-estabelecida nesta reunião, que as alterações a virem a ser verificadas, conjugam-se de forma clara a não pôr em causa duas ópticas do seu ponto de vista: a melhoria das condições funcionais e pedagógicas e a garantia de que haverá um equilibrado tempo de dispêndio de mobilidade entre as escolas agora suspensas e as novas áreas de acolhimento dos alunos.---

----- Todo o traçado de mobilidade e de transporte será assegurado pelo próprio município, em colaboração com as próprias Juntas de Freguesia, e existe a preocupação, em primeira instância, para que esse prazo seja o mais curto possível, para não pôr em causa as questões de salvaguarda da segurança e da boa vivência com os próprios alunos, na deslocação das suas casas para os novos centros que os acolhem, pressupondo uma melhoria qualitativa da oferta pedagógica.-----

----- Interveio o Vereador Emilio Torrão dizendo que, em face das informações fornecidas pelo Presidente da Câmara ao executivo, os Vereadores do Partido Socialista subscrevem integralmente as negociações que este empreendeu, o reforço que fez de não deixar encerrar algumas das escolas.-----

----- Concordam e subscreverão integralmente a estratégia delineada pelo Presidente da Câmara naquela acção. Os Vereadores do Partido Socialista estão preocupados com a questão dos transportes e, caso fosse possível, gostariam de saber um pouco mais deste assunto, nomeadamente em relação a Abrunheira, Ereira e Verride. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- O senhor Presidente da Câmara disse, aquando da inauguração do Jardim de Verride, que gostaria de ter a colaboração dos Presidentes de Junta. No seu entender, não é só necessária a sua colaboração, mais importante, será a Câmara Municipal definir muito correctamente a questão dos transportes, porque este é um assunto que os preocupa de sobremaneira. -----

----- Em relação à reunião que teve e aos critérios que utilizou, subscrevem integralmente.

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, em relação a este assunto ele será abordado numa próxima reunião do executivo, muito possivelmente na primeira reunião de Julho, porque estão a ser negociados, neste momento, pacotes de mobilidade e de transporte com as diferentes frentes possíveis, oficiais e legais com as transportadoras. -----

----- Já teve oportunidade, na reunião efectuada na passada quarta feira com as Juntas de Freguesia, de lhes transmitir que, independentemente de estarem a atravessar uma fase crucial de redução de despesas, existem três áreas que, neste momento, manterá sempre como prioritárias: área educacional, área social e saúde. -----

----- Está disponível e foi essa a indicação que deu aos serviços e que estão a ser negociadas para que, neste primeiro ano de integração no novo Parque Escolar do Centro Educativo de Montemor, haja ainda uma preponderância ou uma iniciativa da parte da autarquia, de assumir determinado tipo de contexto de despesa com esses transportes até à entrada em "cruzeiro" do funcionamento do próprio Centro Educativo. -----

----- Pretende dizer que, este modelo, com as próprias juntas de Freguesia deverá começar a ser elaborado, para estar preparado para o ano lectivo 2011/2012. No ano lectivo 2010/2011 partilharão ainda algum esforço, mas pensa que é abonatório por parte de toda esta estratégia de educação, de forma a que os pais, os professores, e os próprios agrupamentos vejam com experiência feita, daqui a um ano, qual a melhor forma de, participando com a sociedade civil e com os agentes autárquicos locais (Juntas de Freguesia), encontrar soluções que não causem "traumas" aos pais que vêm os seus filhos saírem pela primeira vez da sua zona de influência. -----

----- Durante este ano inicial de funcionamento do Centro Educativo de Montemor, será ainda a autarquia a promotora com soluções de transporte, dos transportadores oficiais, de forma a delimitar esses trajectos, para que os percursos sejam o mais curto possível (em termos temporais). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- **Segunda** – Informou que estão a ser gizadas medidas que, do seu ponto de vista, não como autarca partidário, mas como autarca no sentido amplo da palavra, vão pôr em causa muito da tutela administrativa das autarquias do País. -----

----- Na sequência de uma reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, da qual faz parte, onde teve a oportunidade com o Presidente da actual Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, de verem os requisitos que estão a ser preparados, do ponto de vista de agendamento legislativo na Assembleia da República e pelo próprio. Na sequência desta reunião decorreu em Condeixa uma outra reunião onde estiveram presentes vários Presidentes de Câmara e Vereadores em Regime de Substituição das regiões do Baixo Mondego e do Pinhal Interior Norte, bem como os deputados das bancadas do PSD e do PS, do distrito de Coimbra, onde apresentaram um conjunto de preocupações assaz suficientes e que esperava que se viesse a tornar publico e mediático nas próximas horas, para ponderar, sobretudo, estes dois partidos, que são maioritariamente escolhidos nos processos autárquicos nacionais, para alguma ponderação, sobre aquilo que se estava a avizinhar, em termos de matéria legislativa para as autarquias.-----

----- Estão a traçar alguns preconceitos e alguns conceitos que claramente põem em causa, sem dúvida, a idoneidade, a dedicação, o voluntariado, o querer e o saber dos autarcas e do poder local, que é um poder claramente legislado na Constituição, como autónomo, e como órgão de soberania.-----

----- Nestes casos concretos, é importante que deixe ali esta nota de preocupação para que todos saibam do que podem também contribuir para, dentro das respectivas estruturas partidárias, venha a ser desenvolvido um trabalho que venha a mitigar circunstâncias que são claramente nefastas para o Poder Local. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Deu conhecimento de que no fim de semana de 29 e 30 de Maio do corrente, os atletas de canoagem de alto rendimento que vivem em Montemor, e que estiveram a competir na Taça do Mundo, que decorreu na Hungria, obtiveram grandes resultados para o País, arrecadando duas medalhas de prata, duas medalhas de ouro e uma de bronze. -----

----- Os resultados obtidos por estes atletas só vêm demonstrar que, de facto, hoje, passa pelo desporto português, soluções de propensão, para atingir determinados resultados, que só podem trazer o gáudio para o desporto nacional, por atletas que fazem parte da sociedade de Montemor.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Espera que, com alguma brevidade, possa formalmente convidar estes atletas a estarem presentes na Câmara Municipal, para poderem partilhar um pouco daquilo que é hoje uma marca e uma imagem, que não podem deixar perder.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Quarta** – Disse ainda que no dia 14 de Junho do corrente ano, irá ter uma reunião com o Dr. Paulo Campos, relativamente às questões que ainda se prendem com a variante da E.N. 341 e da E.N 347, e com as saídas da A 17.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que, os Vereadores do Partido Socialista gostariam de partilhar uma preocupação com o executivo, e que diz respeito à sinalização junto ao Centro Educativo de Montemor.-----

----- Os Vereadores do Partido Socialista entendem que aquele Centro Educativo vai ter um maior afluxo de pessoas, nomeadamente de crianças, e portanto, tem períodos de grande intensidade de tráfego naquela zona. Por isso consideram que se torna necessário definir as entradas desses mesmos alunos, com alguma ponderação e nomeadamente alertam para o facto de terem que colocar mais passagens de peões, se possível elevadas. Terá que se colocar sinalização vertical adequada, nomeadamente fazer previsão da criação de local de proibição de estacionamento, mas com a possibilidade de paragem por um período de pelo menos cinco minutos, porque, com o afluxo de pessoas, nomeadamente no início e no final das aulas, aquele local vai ficar muito constrangido.-----

----- Nessa perspectiva, considera que, com tempo, se pode encontrar para ali soluções adequadas para essa situação.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Segunda** – Informou que, existe no Concelho um conjunto de vias e arruamentos que estão a sofrer intervenções de saneamento. Quando os empreiteiros colocam as instalações, as tubagens, a estrada fica sem alcatrão e o que se verifica é que não há sinalização preventiva. Teria que haver algum cuidado, porque futuramente poderiam ter que resolver problemas de indemnizações.-----

----- Alertava para que houvesse uma melhor fiscalização dessas situações, porque há falta de sinalização preventiva, para advertir os condutores da situação daqueles arruamentos e daquelas vias.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, em relação ao Centro Educativo de Montemor já existe uma solução trabalhada e a nova entrada para este

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

Centro já se encontra estudada com a "Parque Escolar" e com os nossos serviços. Esta solução será presente ao executivo numa próxima reunião. Vai ocupar uma faixa e permitir a paragem de quatro ou cinco autocarros, sem pôr em causa a circulação automóvel, ficando localizada em frente à piscina, naquela que é actualmente uma das entradas para a Escola Secundária, junto à Casa Paroquial. -----

----- Esta solução foi estudada e todas as entradas vão ser encerradas, tendo-se manifestado contra a que foi apresentada para a E.N.111, pois não a considera segura.-----

----- Farão algumas intervenções e compensações também no parque de estacionamento da antiga Escola Secundária e a montante, junto ao Pavilhão Municipal, que também vai permitir a passagem de autocarros interiormente e todos estes pormenores já discutidos na reunião atrás mencionada, estão neste momento a ser ultimados os projectos com a "Parque Escolar", para que sejam apresentadas as soluções alternativas. ----

----- Relativamente à questão colocada pelo Vereador Emilio Torrão sobre o saneamento e respectiva sinalização, ele próprio verificou essa situação numa deslocação que efectuou à Abrunheira e Verride. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – 3.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E -----

----- 3ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento de uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- "Dado terem sido detectadas algumas lacunas no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento do corrente ano para fazer face ao cumprimento dos projectos actualmente em curso, torna-se necessário proceder a uma Revisão aos citados documentos, nos termos previstos no POCAL (Ponto 8.3.1).-----

----- Esta revisão visa essencialmente a aquisição de pequenas parcelas de terreno, não previstas inicialmente no PPI, bem como uma redefinição das despesas dos equipamentos do CAR em que houve necessidade de readequar as despesas às classificações económicas, função dos equipamentos pretendidos. Paralelamente foi efectuada uma redefinição das despesas do Projecto Interreg (Cantata II) e a inclusão de despesas com a aquisição de equipamentos informáticos, despesas estas comparticipadas pelo projecto referido. Foram ainda incluídos nesta revisão a aquisição de projectos para obras a levar a efeito em 2011.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Por último de referir que na revisão foi integrado o saldo de gerência, transitado de 2009, nos termos previstos no POCAL." -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, usou da palavra o Chefe de Divisão Dr. Paulo Teixeira que fundamentou os motivos que justificam esta 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a 3.ª Revisão ao Orçamento. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a posição da Bancada do Partido Socialista, em relação a este ponto é a de abstenção, em conformidade com a posição anteriormente assumida em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, apesar de concordarem com muitos dos ajustamentos e dos projectos e obras que ali estão previstas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, aprovar a referida Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 1 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- - PROPOSTA PARA PROCEDIMENTO -----

----- - ESCOLHA DE PROCEDIMENTO -----

----- - APROVAÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços que a seguir se transcreve: -----

----- "Objectivo: Aquisição de material didáctico para: Salas 1.º Ciclo com Pré-Escolar, Salas Pré-Escolar, Salas de aula 1.º Ciclo e Sala de Complemento de Apoio às famílias, conforme lista anexa ao caderno de encargos. -----

----- Escolha do tipo de procedimento: -----

----- Em cumprimento da alínea a) do número um do artigo 20.º por convite art.º 112.º, do Dec-Lei n.º 18/2008 de 29/01 do Código dos Contratos Públicos Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, solicita-se autorização para a aplicação do procedimento de ajuste directo ao abrigo do regime geral, para execução do fornecimento acima referido. -----

----- Tendo em vista a definição do preço base conforme consta no art.º 47.º do referido CCP, para efeitos de início do procedimento, impõe-se que o valor deste procedimento não

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

ultrapasse os € 27.700,00 + IVA, pelo que o preço a fixar no caderno de encargos deve ser esse, o qual se enquadra dentro dos limites previstos para o procedimento proposto. -----

----- O critério de adjudicação poderá ser o mais baixo preço. -----

----- O valor proposto encontra-se em condições de ser aceite, tendo em conta o tipo de fornecimento a realizar e os preços correntes do mercado. -----

----- Escolha das entidades a convidar: -----

----- De acordo com o estabelecido no artigo 113.º e n.º 1 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos, poderão ser convidadas a apresentar propostas as seguintes empresas:--

----- • Areal Editores -----

----- • C. Miranda -----

----- • Noveduc -----

----- • Seixas & Simões -----

----- Aprovação das Peças de procedimento: -----

----- Em anexo junta-se convite e caderno de encargos para aprovação pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da competência que lhe está cometida pelo artigo 68.º, n.º 1, alíneas f) e g) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o art.º 18.º n.º 1, alínea a) do Dec-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- Tal como estipulado no art.º 67.º e seguintes do CCP, deverá ser nomeado um júri para acompanhamento do procedimento, que poderá ser constituído por: -----

----- • Presidente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a -----

----- • Vogal – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr. -----

----- • Vogal – José Manuel Oliveira Correia Sousa -----

----- • 1.º Suplente – Célia Gariso, Dr.^a -----

----- • 2.º Suplente – Anabela Portugal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 04 de Junho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 652.548,58 € (seiscentos e cinquenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 358.434,75€ (trezentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e trinta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----

----- 1 - RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA A AUTORIZAR O INÍCIO DE VÁRIOS---

----- PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Recursos Humanos, que a seguir se transcreve: -----

----- "O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro procede: -----

----- - à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (adiante designada por RVCR), alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. -----

----- - à adaptação à administração autárquica do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, na parte referente à racionalização de efectivos. -----

----- O n.º 1 do seu artigo 9.º dispõe que, no âmbito do procedimento concursal, deliberado pelo órgão executivo respectivo, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da RVCR e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do presente decreto-lei, promove-se ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados. -----

----- O procedimento concursal anteriormente referido observa as injunções decorrentes do disposto no artigo 6.º da RVCR e do artigo 4.º do presente decreto-lei - isto é - gestão dos recursos humanos em função dos mapas de pessoal. No caso previsto no n.º 2 do artigo 6.º da RVCR, o recrutamento nas condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo. -----

----- A orçamentação e gestão das despesas com pessoal para 2010 e o mapa de pessoal para o ano de 2010 foram aprovados pelo órgão executivo do Município de Montemor-o-Velho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, dado que os procedimentos concursais iniciados e a decorrer se enquadram nas previsões aprovadas pelo executivo municipal para o corrente ano, os serviços fizeram uma interpretação do seu artigo 4.º que determinou que se propusesse a abertura de alguns procedimentos concursais sem remeter a proposta à aprovação prévia do órgão executivo.

----- Na verdade, o n.º 1 do mencionado artigo 4º refere que " No caso previsto no nº 2 do artigo 6º. da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento nas condições aí previstas é precedido de aprovação do órgão executivo". Numa primeira análise, entenderam os serviços que tendo existido em momento anterior (Dezembro de 2009) aprovação da orçamentação e gestão das despesas com pessoal para 2010 e o mapa de pessoal para o ano de 2010 por aquele órgão, a legalidade do procedimento estava acautelada.-----

----- E isto, ainda mais, porque não tendo sido revogado o dispositivo que na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro comete ao Presidente da Câmara Municipal a competência para "decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais", se entendeu estarem a ser respeitadas todas as normas aplicáveis. -----

----- Posteriormente, algumas dúvidas motivaram consultas a outras entidades, tendo os serviços concluído que, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 4, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo autorizar o recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, através de procedimento concursal, conforme refere a alínea a), do artigo 3º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.-----

----- Salvo melhor opinião, face ao acima exposto, e de acordo com o disposto n.º 3 artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua actual redacção, propõe-se que a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos de abertura dos procedimentos concursais em causa e que a seguir se indicam:-

----- Despacho n.º 131/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 5 postos de trabalho de Assistente Operacional (Sapadores Florestais). -----

----- Despacho n.º 132/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Assessoria Administração).-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Despacho n.º 133/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Contabilidade e Auditoria).-----

----- Despacho n.º 134/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil).-----

----- Despacho n.º 135/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 2 postos de trabalho de Técnico Superior (Arquitectura).-----

----- Despacho n.º 136/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Informática).-----

----- Despacho n.º 138/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Assistente Operacional (Motorista Ligeiros).-----

----- Despacho n.º 139/2009, de 27.11.2009 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 5 postos de trabalho de Assistente Operacional (DECASF / Educação).-----

----- Despacho n.º 03/2010, de 05.01.2010 – Procedimento Concursal para cargo de direcção intermédia do 1º grau – Director do Departamento de Ordenamento do Território.--

----- Despacho n.º 04/2010, de 05.01.2010 – Procedimento Concursal para cargo de direcção intermédia do 2º grau – Chefe da Divisão Financeira. -----

----- Despacho n.º 05/2010, de 05.01.2010 – Procedimento Concursal para cargo de direcção intermédia do 2º grau – Chefe da Divisão de Planeamento Territorial. -----

----- Despacho n.º 16/2010, de 15.01.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (História).-----

----- Despacho n.º 17/2010, de 15.01.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 posto de trabalho de Assistente Técnico (Divisão de Apoio Especializado / Secção de Apoio Jurídico).-----

----- Despacho n.º 18/2010, de 15.01.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 posto de trabalho de Assistente Técnico (Assistente técnico /DDJTLT / JTL). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Despacho n.º 19/2010, de 15.01.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Jornalismo).-----

----- Despacho n.º 20/2010, de 15.01.2010 – Procedimento Concursal para cargo de direcção intermédia do 1º grau – Director do Departamento de Investimentos Municipais. ----

----- Despacho n.º 25/2010, de 05.02.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 8 postos de trabalhos de Técnico Superior (área do Desporto). -----

----- Despacho n.º 26/2010, de 05.02.2010 – Procedimento Concursal para constituição relação jurídica de emprego público por tempo determinado para 1 posto de trabalho de Técnico Superior (área do Desporto). -----

----- Despacho n.º 43 /2010, de 12.04.2010 – anulação dos procedimentos concursais iniciados por despacho n.º 136/2009, de 27.11.2009 e n.º 18/2010, de 15.01.2010. -----

----- Despacho n.º 43-A/2010, de 14.04.2010 – dois postos de trabalho de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional/ Divisão de Desporto, Juventude, Turismo e Tempos Livres, um posto de trabalho de Assistente Operacional (Jardineiro) da carreira geral de Assistente Operacional/ Departamento de Investimentos Municipais / Secção de Logística Municipal, um posto de trabalho de Assistente Técnico da carreira geral de Assistente Técnico/ Departamento de Ordenamento do Território, um posto de trabalho de Assistente Técnico (Topógrafo) da carreira geral de Assistente Técnico / Divisão de Planeamento Territorial, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Contabilidade e Auditoria) / DAF/ Divisão Financeira / Secção de Contabilidade, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Assessoria de Administração) / DAF/ Divisão Administrativa e Recursos Humanos / Secção de Recursos Humanos. -----

----- Despacho n.º 43-B/2010, de 14.04.2010 – dois postos de trabalho da carreira / categoria de Técnico Superior (Direito) / Secção de Apoio Jurídico, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Administração Pública e Autárquica) / DAF/ Divisão Financeira / Secção de Contabilidade, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente) / DIM/ Divisão de Sistemas Ambientais, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Serviço Social) / DECASF/ Acção e Habitação Social e Família, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Engenharia de Gestão e Ordenamento, área de ordenamento rural) / Departamento de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

Ordenamento do Território, um posto de trabalho de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior (Tradução e Secretariado) / Departamento Administrativo e Financeiro, um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior (Ciências da Informação) / Divisão de Apoio Especializado.-----

----- Despacho n.º 43-C/2010, de 14.04.2010 – abertura de concurso externo de ingresso para u lugar de Técnico de Informática de Grau 1, nível 1. -----

----- Despacho n.º 56/2010, de 14.05.2009 – abertura de processo para celebração de contrato a termo resolutivo certo para 2 lugares de Especialista de Informática.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar os despachos proferidos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS** -----

----- **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO** -----

----- **1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA**-----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 24 de Maio e o dia 04 de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE A -**

----- **PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO** -----

----- **REQUERIDO POR HENRIQUE CARDOSO FERREIRA E**-----

----- **ANA CRISTINA SOUSA ALMEIDA**-----

----- Foi presente o pedido referido em epígrafe, acompanhado de uma informação da DECASF, onde é confirmado as condições económicas da família e é proposto a isenção do pagamento das taxas solicitadas. -----

----- Consta ainda uma informação do DAF e do DOT, que informa que a pretensão tem enquadramento no nº 2 do artigo 55º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, por se tratar de “indivíduos de pública e manifesta carência económica”.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade isentar de taxas o processo em causa.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO, --**
----- **REFERENTES AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA -----**
----- **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO COMERCIAL -----**
----- **(COM DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE) – PROC. N.º 190/09, -----**
----- **NO LUGAR DE ALHASTRO, FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, -----**
----- **REQUERIDO POR “CABELEIREIRO LURDES DOMINGOS -----**
----- **CLARO, LDA.” -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº.091-TR/2010 de 1 de Junho, que propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de aceitar que os lugares de estacionamento em falta para a presente proposta, sejam realizados no espaço público da feiro do Alhastro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar os lugares de estacionamento em falta no espaço denominado feira do Alhastro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----**

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----**

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----**

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----**

----- **1 – PASSAGENS PEDONAIS SOBRE A LINHA DO NORTE-----**

----- **- PASSAGEM INFERIOR AO KM 200+338.5 -----**

----- **- ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----**

----- **- APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----**

----- Pretende esta Câmara Municipal levar a efeito a construção de uma passagem inferior ao km 200+338.5 da Linha do Norte, que irá permitir o atravessamento de peões através de rampas e escadas, no lugar de Formoselha. -----

----- Esta obra já foi objecto de anterior procedimento, tendo o mesmo ficado deserto, pelo que, foi solicitado à REFER a revisão do projecto, tendo sido remetida a esta Câmara Municipal nova estimativa orçamental para a realização da empreitada. -----

----- Acresce referir que esta empreitada já foi objecto de candidatura ao IMTT, tendo obtido resposta favorável. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 509.000,00 €. --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- - Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro, Eng.^a, Vereadora – Presidente-----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal-----

----- - Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.^o – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Vogal -----

----- - Ana Raquel Fonseca, Eng.^a – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para a apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 – PASSAGENS PEDONAIS SOBRE A LINHA DO NORTE**-----

----- **- PASSAGEM SUPERIOR AO KM 201+432**-----

----- **- ABERTURA DE PROCEDIMENTO** -----

----- **- APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**-----

----- Pretende esta Câmara Municipal levar a efeito a execução da Passagem Superior de Peões a construir ao km 201+432 da Linha no Norte, que irá permitir o atravessamento de peões através de escadas, no lugar de Santo Varão.-----

----- Considerando que esta obra já foi objecto de ajuste directo, tendo o procedimento ficado deserto por falta de apresentação de propostas, julga-se que se deverá adoptar procedimento através de concurso publico, conforme o previsto na alínea b) do art.º 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Acresce referir que esta empreitada já foi objecto de candidatura ao IMTT, tendo obtido resposta favorável. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 104.000,00 €---

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que existe um Protocolo firmado, considera este valor muito baixo e evidentemente que se devem abrir já os procedimentos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

porque não devem estar com este projecto parado, dado que este terá todas as condições para no começo de 2011 estar em execução. -----

----- Solicita ao senhor Director de Departamento de Investimentos Municipais que elabore desde já um documento, para que possa avaliar com o senhor Secretário de Estado dos Transportes, bem como com o IMTT, uma reformulação do nível de financiamento. -----

----- Considera que 50% de financiamento é um valor muito baixo, dado que já tiveram 80% de financiamento para a passagem superior, em Pereira.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- - Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Eng.^a, Vereadora – Presidente-----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal -----

----- - Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.^o – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Vogal -----

----- - Ana Raquel Fonseca, Eng.^a – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para a apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA** -----

----- **- PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO** -----

----- **DEFINITIVOS** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que estes estão em condições de ser aceites. -

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- 1 – REDE DE ESGOTOS DE LICEIA: FASE A (REDES) -----

----- - TRABALHOS A MAIS -----

----- Foi presente uma informação da Fiscalização sobre a necessidade de realização de trabalhos a mais, na obra em epígrafe. -----

----- Estes trabalhos resultam essencialmente, de situações não contempladas no projecto inicial e que comprometem o normal desenrolar da empreitada se não forem corrigidas, tais como o prolongamento do colector A, a partir da caixa A36 até ao local da construção da futura ETAR, dado que na quando foi elaborado o projecto (2003) não estava definido o local de construção da estação de tratamento. É referido ainda que devido ao cruzamento da Linha Férrea do Ramal da Figueira da Foz, ao PK 19,531 e por imposição da REFER, foi necessário proceder ao rebaixamento do atravessamento projectado, com o consequente agravamento das quantidades de escavação ao longo do perfil longitudinal do colector A (entre as caixas A24 e A31). -----

----- Mais informam os Serviços que estes trabalhos se enquadram no disposto nas alíneas a) e b) no nº 1 do artigo 26º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 Março, e consideram-se imprescindíveis a conclusão da obra. -----

----- Assim foram apurados trabalhos a mais com preços da proposta inicial no montante de 40.711,55 € (quarenta mil setecentos e onze euros e cinquenta e cinco cêntimos) e trabalhos a mais com preços a acordar no montante 7.940,00€ (sete mil novecentos e quarenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal, que representam 8,67% do valor da adjudicação. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, é com muito desagrado que os Vereadores do Partido Socialista são confrontados com esta situação. Gostariam de viabilizar este assunto, porque efectivamente as questões neste documento são mais ou menos esclarecedoras. A única questão que lhe oferece dúvidas diz respeito ao n.º 3, do projecto que não contemplava a execução de quedas guiadas. -----

----- Continuam a insistir para que tudo o que se relacione com trabalhos a mais venha mais bem fundamentado, que haja um outro cuidado e rigor. -----

----- Estas situações têm consequências para os autarcas e portanto, neste ponto, continuarão a debater-se por uma melhor fundamentação. -----

----- No caso concreto, e porque ainda se aplica a legislação anterior, o sentido de voto é o da abstenção. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Um – Autorizar os trabalhos a mais com preços da proposta inicial no montante de 40.711,55€ (quarenta mil setecentos e onze euros e cinquenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Concordar com os preços apresentados pelo empreiteiro para trabalhos a mais com preços a acordar no montante de 7.940,00€ (sete mil novecentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Três – Autorizar os trabalhos a mais ao empreiteiro Construções Vieira Mendes, Lda., no montante global de 48.651,55€ (quarenta e oito mil seiscentos e cinquenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, para um prazo de execução adicional de 26 dias. -----

----- Quatro – Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o contrato. -----

----- Cinco – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 – REDE DE ESGOTOS DE LICEIA: FASE A (REDES) – PARTE I-----

----- - ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----

----- - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços informando que o projecto desta empreitada tinha sido elaborada pelo Ex-Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Figueira da Foz, que não contemplou diversos arruamentos na Freguesia de Liceia. -----

----- Assim sendo, torna-se necessário aumentar a extensão de colectores de forma a contemplar algumas das ruas não previstas no projecto inicial. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 149.000,00 €.---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno e Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos serviços. -----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- - Adelino Caridade Miranda, Eng.º – Presidente-----

----- -Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.ª – Vogal -----

----- -Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.º. – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. – Vogal -----

----- - Ana Raquel Fonseca, Eng.^a – Vogal -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – FERNÃO MENDES PINTO, 500 ANOS – SELO DOS CTT -----

----- - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE ----- ----- EXEMPLARES -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que no âmbito do programa de comemorações dos quinhentos anos sobre o nascimento de Fernão Mendes Pinto, foi lançado um repto por esta autarquia aos CTT no sentido de se associarem às mesmas com a realização de algum projecto evocativo. -----

----- Na sequência do repto, os CTT, no âmbito do seu Plano de Emissões Filatélicas de 2010 “Vultos da História e da Cultura” lançaram no passado dia 22 de Abril um selo que assinala esta efeméride. Neste contexto, foi apresentada uma proposta pelos CTT de aquisição de quinhentos exemplares do referido selo com a sua respectiva pagela, com o valor total de 510€ (quinhentos e dez euros).-----

----- Sendo mais um “fruto” materializado de uma parceria estabelecida que homenageia a figura de Fernão Mendes Pinto, salienta a importância e pertinência de uma eventual anuência à proposta apresentada pelos CTT. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir 500 selos e respectivas pagelas aos CTT, pelo valor de 510€ (quinhentos e dez euros).-----

----- 2 – VISITA DE ESTUDO – PRÉ-ESCOLAR/1.º CEB -----

----- - APOIO FINANCEIRO -----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de um pedido oriundo da Coordenação do Conselho de Docentes de Articulação Curricular do Agrupamento de Escolas de Arazede, solicitando participação monetária, com o objectivo de consecução de uma visita de estudo para todos os alunos do 1º CEB (203 alunos) do Agrupamento de Escolas, enquadrada e prevista no Plano Anual de Actividades e aprovada pelo Conselho Pedagógico. -----

----- Neste âmbito, as visitas de estudo são um complemento à prática pedagógica tendo como objectivo, entre outros, o enriquecimento e formação dos alunos. -----

----- Assim e considerando:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- - a promoção do sucesso educativo concelhio;-----
----- - vivências enriquecedoras, novas e inolvidáveis que promovam o conhecimento, a cidadania e aprofundamento de saberes; -----
----- - uma aprendizagem complementar. -----

----- Para a consecução destes complementos à prática pedagógica propunha a atribuição de um montante fixo que será entregue ao Órgão de Gestão dos Agrupamento de Escola de Arazede e que este gerirá de modo equitativo e qualitativo.-----

----- Todas as visitas de estudo deverão fazer parte do Plano Anual de Actividades e deverão ser aprovadas pelo Conselho Geral do respectivo Agrupamento. -----

----- Assim, conforme procedimento nos anos lectivos transactos, propôs a atribuição de um montante de 1.000€ (mil euros) ao Agrupamentos de Escolas de Arazede para comparticipar a visita de estudo do Pré-Escolar e 1º CEB.-----

----- Verba similar só será disponibilizada aos outros eventuais requerentes mediante pedido emanado do Órgão de Gestão do Agrupamento ou da Coordenação do Conselho de Docentes de Articulação Curricular e a mesma deverá estar planificada no Plano Anual de Actividades e aprovada pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um montante de 1.000€ (mil euros) ao Agrupamentos de Escolas de Arazede, para comparticipar a visita de estudo do Pré-Escolar e 1º CEB.-----

----- 3 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ACTA DE REUNIÃO DE-- ----- CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2010 – PONTO 2 -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que devido ao facto de ter aparecido um número maior de fadistas concorrentes ao Concurso de Fado Amador, realizado no dia 15 de Maio no Centro Cultural do Moinho da Mata, houve necessidade de adquirir mais prémios de presença. -----

----- Assim, no ponto da Divisão de Educação, Cultura, Acção Social (ponto 2) da acta da reunião ordinária de 29 de Março de 2010, onde se lê "A autarquia terá um gasto com este evento no montante de 800€", dever-se-á ler "A autarquia terá um gasto com este evento no montante de 860€". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a deliberação, de acordo com o atrás exposto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – COROS 10 ANOS-----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que, com o objectivo de comemorar a décima edição do Encontro de Coros de Montemor-o-Velho, propõe a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

realização de um recital único, a ter lugar no dia 20 de Junho de 2010, a partir das 17h00, na Igreja do Convento de Nossa Senhora dos Anjos da Vila de Montemor-o-Velho. -----

----- O evento em apreço contará com a seguinte ficha técnica:-----

----- **Organização:**-----

----- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho;-----

----- Grupos Corais Concelhios; -----

----- Paróquias Concelhias. -----

----- **Apoio Especial:** -----

----- Diocese de Coimbra; -----

----- Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal;-----

----- **Colaboração:** -----

----- Juntas de Freguesias Concelhias -----

----- Disse ainda que o evento em apreço contará com o orçamento a seguir discriminado. Os subsídios atribuídos às formações corais participantes destinam-se a fazer face às despesas de transporte e de funcionamento (roupa, adereços, reportório, entre outros);-----

----- **Subsídios** -----

----- Grupo Recreativo Revelense----- 525€

----- Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Abrunheira ----- 525€

----- Fábrica da Igreja Paroquial da Carapinheira----- 525€

----- Fabrica da Igreja da Reitoria da Ereira ----- 525€

----- Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Liceia ----- 525€

----- Fábrica da Paroquia da Freguesia de Pereira ----- 525€

----- Fábrica da Igreja Paroquial de Tentúgal ----- 525€

----- Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal ----- 525€

----- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO----- 500€

----- LANCHE FINAL ----- 500€

----- OUTROS ----- 200€

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Programação e Orçamento do X Encontro de Coros de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **5 – MONTEMOR SO(U)LIDÁRIO – CAMPANHA DE RECOLHA DE ---**

----- **BENS ALIMENTARES, TÊXTEIS LAR E LIVROS ESCOLARES** -----

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que, no âmbito do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social e considerando a actual conjuntura de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

crise em que vivemos, a ausência/insuficiência de recursos financeiros tem originado a falta de alguns bens considerados essenciais, tornando o quotidiano de alguns munícipes bastante difícil. -----

----- Deste modo e no sentido de promover a solidariedade no concelho e sensibilizar os cidadãos para um problema que é de todos, propunha a realização de uma campanha de recolha de bens alimentares, têxteis lar e de livros escolares, designada por "Montemor So(u)lidário", a decorrer entre os dias 7 e 18 de Junho. -----

----- Pretendem angariar bens alimentares, têxteis lar e de livros escolares do seguinte modo: -----

----- - Nos estabelecimentos de ensino através do envolvimento dos alunos, professores, pais e pessoal não docente, aos quais se propõe que no dia 16 de Junho procedam à entrega do seu contributo. -----

----- - Nos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, no Intermarché, Mini-Preco de Arazede e de Montemor, Lidl, a campanha realizar-se-á no fim-de-semana, nos dias 12 e 13 de Junho. Esta actividade prevê a colaboração dos alunos da Associação Diogo de Azambuja. -----

----- - Nas IPSS's e Juntas de Freguesia de concelho a entrega poderá ser efectuada entre os dias 7 a 18 de Junho (nos respectivos horários de funcionamento) por qualquer munícipe que queira efectuar o seu donativo. -----

----- Propomos como destinatários desta acção as famílias mais carenciadas, designadamente, de idosos, com crianças, desempregados e vítimas de violência doméstica, dado que estes são os principais grupos atingidos pela pobreza e exclusão social. -----

----- A sinalização das famílias beneficiárias desta campanha será efectuada em articulação com Presidentes das Juntas de Freguesia, serviços e instituições locais, prevendo-se a abranger um total de 150 famílias. -----

----- Após o término do prazo da entrega dos produtos, propõe que estes sejam colocados numa sala do Pavilhão Municipal, para posterior distribuição às famílias, que marcará o encerramento da Campanha. -----

----- Mais propõe, que a divulgação da Campanha seja efectuada na página da internet do município e através de cartazes a distribuir pelo concelho. -----

----- Esta acção contará com o seguinte orçamento: -----

----- Elaboração de cartazes – 50,00€ + IVA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

----- Aquisição de sacos para recolha dos produtos nos supermercados – 26,00€ (valor com IVA).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pela Vereadora do Pelouro e respectivo orçamento, de acordo com mencionado anteriormente.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – ATLÉTICO CLUBE MONTEMORENSE – ESCOLA DE FUTEBOL -----

----- - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 2113€ (dois mil cento e treze euros) ao Atlético Clube Montemorense, referente à Escola de Futebol deste clube, para a época 2009/2010, de acordo com os documentos que constam como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- 2 – APOIO AO CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE -----

----- - INFRA ESTRUTURAS DO CAMPO SINTÉTICO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que na sequência da obra “Complexo Desportivo da Carapinheira – Campo de Futebol (Piso Sintético)” foram executadas obras de acessibilidade na envolvente do Campo de Futebol por parte do Clube Desportivo Carapinheirense.-----

----- Estas obras tornam-se imprescindíveis não só pela questão acima referida, mas também por questões de manutenção/preservação do próprio relvado.-----

----- Foi assumido, por questões de celeridade e também económicas, que o Clube Desportivo Carapinheirense assumiria a sua execução, comprando os materiais para o efeito estimando-se o custo destes em 25.700€ (vinte e cinco mil e setecentos euros).-----

----- Assim, propunha a atribuição de um subsídio por parte da Câmara Municipal no valor de 18.000€ (dezoito mil euros), para fazer face à despesa atrás mencionada.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezasseis horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Junho 07

responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a